

Central Fotovoltaica
São Pedro II Ltda.

**Demonstrações Financeiras em
31 dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Quotistas e Administradores da
Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, os valores correspondentes foram alterados em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pelas razões mencionadas na referida nota explicativa nº 6. Nossa opinião está limitada aos valores correspondentes acima referidos, uma vez que não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre estas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e a demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 26 de abril de 2018, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Ativo	Notas	2018	2017 (Reclassificado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	6.800.504	2.958.967
Contas a receber de clientes	10	5.337.032	-
Partes relacionadas	21	3.885.161	-
Creditos de tributos		7.953	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		70.099	3.465
Outros ativos a receber		174.829	-
Total do ativo circulante		16.275.578	2.962.432
Não circulante e realizável a longo prazo			
Depósito caução	11	1.463.549	300.346
Imobilizado	12	121.630.014	43.919.262
Intangível		-	526.329
Total do ativo não circulante		123.093.563	44.745.937
Total do ativo		139.369.141	47.708.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)

Passivo e Patrimônio líquido	Notas	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	13	5.187.903	17.448.835
Obrigações fiscais	14	427.070	197.937
Outras contas a pagar	13	4.728.169	-
Empréstimos e financiamentos	15	463.769	-
Total do passivo circulante		10.806.911	17.646.772
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	57.937.299	-
Contas a pagar a partes relacionadas		-	104.054
Total do passivo não circulante		57.937.299	104.054
Patrimônio líquido			
Capital social subscrito	16	85.000.000	85.000.000
Capital social a integralizar		(11.611.369)	(54.328.013)
Prejuízos acumulados		(2.763.700)	(714.444)
Total do patrimônio líquido		70.624.931	29.957.543
Total do passivo e do patrimônio líquido		139.369.141	47.708.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	17	1.452.604	-
Custos dos serviços de energia elétrica	18	(1.176.199)	-
Lucro bruto		<u>276.405</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(1.558.684)	(477.138)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(1.282.279)</u>	<u>(477.138)</u>
Despesas financeiras		(883.931)	(132.278)
Receitas financeiras		156.313	199.393
Variação cambial, líquida		<u>102.993</u>	<u>(98.275)</u>
Resultado financeiro, líquido	19	<u>(624.625)</u>	<u>(31.160)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(1.906.904)</u>	<u>(508.298)</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	(142.352)	(53.896)
Prejuízo do exercício		<u>(2.049.256)</u>	<u>(562.194)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízo do exercício	(2.049.256)	(562.194)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(2.049.256)</u>	<u>(562.194)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	10.000	-	(152.250)	(142.250)
Aumento de capital	84.990.000	(54.328.013)	-	30.661.987
Prejuízo do exercício	-	-	(562.194)	(562.194)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	85.000.000	(54.328.013)	(714.444)	29.957.543
Integralização de capital	-	42.716.644	-	42.716.644
Prejuízo do exercício	-	-	(2.049.256)	(2.049.256)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	85.000.000	(11.611.369)	(2.763.700)	70.624.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.
Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	2018	2017 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.049.256)	(562.194)
Ajustes para:		
Depreciação de imobilizado	649.870	-
Baixa do intangível	526.329	-
Provisões	4.728.169	-
Variações em:		
Créditos de tributos	(74.587)	(3.465)
Outros ativos a receber	(174.828)	-
Contas a receber de clientes	(5.337.032)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(3.885.161)	-
Depósito caução	(1.163.203)	5.811.654
Fornecedores	(17.448.835)	70.924
Obrigações fiscais	245.101	197.901
Contas a pagar - partes relacionadas	(104.054)	104.054
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(24.087.487)	5.618.873
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(15.969)	-
Juros pagos	(2.996.907)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(27.100.363)	5.618.873
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(69.712.043)	(26.573.329)
Aquisição de intangível	-	(526.329)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(69.712.043)	(27.099.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	42.716.644	30.661.987
Empréstimos tomados	57.937.299	(6.232.494)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	100.653.943	24.429.493
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.841.537	2.948.709
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.958.967	10.258
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.800.504	2.958.967
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	3.841.537	2.948.709
Conciliação dos itens que não afetam caixa		
Imobilizado financiado	8.648.579	17.345.933
Passivo com financiamento	8.648.579	17.345.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Operacional

A Empresa Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda. (a “Empresa”) é uma “SPE”, constituída na forma de sociedade de propósito específico de responsabilidade limitada domiciliada no Brasil. Sua controladora direta é a Holding Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. (Grupo).

A Empresa foi constituída em 28 de janeiro de 2016, e tem como objetivo social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica solar por fonte fotovoltaica UFV São Pedro II, cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.BA.033782-0.01.

O endereço registrado do escritório da Empresa é Fazenda Roça de Dentro, S/N, parte, Alt do KM 5 da Estrada Municipal com destino ao distrito de Chapada Grande KM 10 da Rodovia BR430 – Zona Rural – Bom Jesus da Lapa – Bahia.

A Empresa participou do 7º leilão para Contratação de Energia de Reserva promovido pela ANEEL em 28 de agosto de 2015 e como vencedorax recebeu a autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 27M¹W por 35 anos, que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051. O contrato de fornecimento de energia é exclusivo com a CCEE pelo prazo de 20 anos, que compreende o período de 01/08/2017 a 31/07/2037 consumindo a garantia física de 8,0 MW/h¹ médios da usina. O preço por megawatt é de R\$ 305,51, reajustados anualmente pelo IPCA. Somente após este período a Empresa poderá negociar a energia gerada em outros ambientes de comercialização. Ao final do prazo de autorização a Empresa poderá solicitar a renovação da autorização e em caso de não renovação, não possui direito a receber qualquer indenização dos bens do ativo imobilizado

¹não auditado

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de agosto de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa 7.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda Funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Reconhecimento de receita:** a receita de geração de energia é reconhecida no período da transferência da energia para a rede. O valor mensal apurado da receita é reconhecido conforme relatório emitido pelo Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis:** Refere-se a ativos de imobilizados de uso, a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos são estimados pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover.
- **Reconhecimento e mensuração de provisões:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018 mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

a. CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

A principal receita da Empresa é representada pelo fornecimento de energia elétrica fotovoltaica através de contratos de venda de energia. A energia é comercializada em base mensal e é registrada na CCEE, tanto pelo vendedor como pelo comprador, de forma a confirmar a entrega e o recebimento da energia.

Em 2017, a Empresa estava ainda em fase de construção, não havendo portanto o reconhecimento de receitas. A partir do segundo semestre de 2018, com o início das operações, as receitas foram devidamente registradas. O valor mensal apurado da receita é reconhecido conforme relatório mensal emitido pelo Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE. A adoção do CPC 47 não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa.

b. CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38, Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

<i>Em Reais</i>	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.958.967	2.958.967
Total de ativos financeiros			2.958.967	2.958.967
	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
<i>Em Reais</i>				
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	17.448.835	17.448.835
Total de passivos financeiros			17.448.835	17.448.835

(ii) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ da CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

6 Retificação de erro

Durante o exercício de 2018, a Empresa identificou que os adiantamentos a fornecedores de imobilizado foram erroneamente classificados no ativo circulante. Consequentemente, o ativo circulante foi apresentado a maior. O erro foi corrigido pela reclassificação dos valores correspondentes no exercício anterior afetado. Os ajustes não foram auditados.

Consequentemente, o ativo circulante e o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foram apresentados a maior. Os erros foram corrigidos pela reclassificação dos valores correspondentes no exercício anterior. Os ajustes não foram auditados.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Empresa:

(i) Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2017	Impactos da retificação de erro		
<i>Em milhares de Reais</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Adiantamento a fornecedores	18.160	(18.160)	-
Outros ativos circulantes	2.962	-	2.962
Total do ativo circulante	21.122	(18.160)	2.962
Imobilizado	25.760	18.160	43.919
Outros ativos não circulantes	826	-	827
Total do ativo não circulante	26.586	18.160	44.746
Total do ativo	47.707	-	47.708

(ii) Demonstração do fluxo de caixa

31 de dezembro de 2017	Impactos da retificação de erro		
<i>Em milhares de Reais</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Fornecedores	17.416	(17.345)	71
Adiantamento a fornecedores	(18.159)	18.159	-
Outros	5.548	-	5.548
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	4.806	814	5.621
Aquisição de imobilizado	(25.759)	(814)	(26.573)
Outros investimentos	(526)	-	(526)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26.285)	(814)	(27.099)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	24.429	-	24.429
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.950	-	2.949

Esse assunto não gerou impacto na demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

7 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

b. Receita de contrato com cliente

A Empresa adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 5.

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Contrato de energia de reserva: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

(ii) Mercado de curto prazo: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é produzido e não alocado no contrato de reserva. A comercialização é realizada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A Empresa não apurou impostos diferidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Planta Fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias, Edifícios 30 anos

A taxa de depreciação do item Planta fotovoltaica representa a vida útil do ativo enquanto unidade operacional e inclui todos os gastos que foram necessários para a construção e início de operação da planta. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o

ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço,, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso.
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado (No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente).

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

i. Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Empresa determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a empresa separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento.

(ii) Ativos arrendados

Os terrenos arrendados são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Juridicamente tais arrendamentos são tratados como direito de superfície.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Empresa deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Contratos de direito de superfície

A Empresa avaliou os contratos de direito de superfície em que a Empresa é parte, principalmente, para os contratos dos terrenos onde as usinas fotovoltaicas estão instaladas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Os contratos de direito de superfície são em sua essência muito parecidos com um contrato de arrendamento, sendo por isso avaliados conforme CPC 06(R2).

Os contratos de direito de superfície da Empresa possuem características de pagamentos variáveis ao arrendador, e considerando que pagamentos variáveis não fazem parte do passivo de arrendamento, a Empresa avaliou que não há impactos materiais com a adoção.

(ii) Transição

A Empresa aplicou o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Empresa planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e a ICPC 03.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Depósitos Bancários	1.503.590	2.958.967
Aplicações Financeiras	5.296.914	-
Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial	6.800.504	2.958.967

As aplicações financeiras têm sido mensurados ao valor justo por meio do resultado uma vez que eles são administrados com base em seu valor justo e o seu desempenho é monitorado ativamente. A taxa de juros média de 2018 é de 7,19%.

10 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Contas a receber de clientes - MCP	3.390.098	-
Contas a receber de clientes – receita – CER (a)	1.946.934	-
	5.337.032	-

(a) Referem-se ao registro do contrato de energia de reserva (CER) firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

11 Depósito caução

	2018	2017
Depósito caução - Garantia Financiamento	1.463.549	300.076
Depósito caução - Licença ANEEL	-	270
	1.463.549	300.346

Em 2018 a Empresa possui depósito caução relativo ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

12 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

	31/12/2016		31/12/2017			31/12/2018
Custo de aquisição:		Adições	(Reclassificado)	Adições	Transferências	

Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.
Demonstrações Financeiras em
31 dezembro de 2018 e 2017

Imobilizado em andamento	-	25.759.665	25.759.665	77.823.827	(103.583.492)	-
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	536.795	119.492.408	120.029.203
Adiantamento a fornecedores	-	18.159.597	18.159.597	-	(15.908.916)	2.250.681
Total do custo	-	43.919.262	43.919.262	78.360.622	-	122.279.884

Depreciação acumulada	31/12/2016	Adições	31/12/2017	Adições	Transferências	31/12/2018
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	(649.870)	-	(649.870)
Total da depreciação acumulada	-	-	-	(649.870)	-	(649.870)
Total do imobilizado	-	43.919.262	43.919.262	77.710.752	-	121.630.014

a. Imobilizado em andamento

Durante a maior parte do ano de 2018, a Empresa esteve empenhada na construção das usinas fotovoltaicas. Incluídos nos custos incorridos, estão capitalizados custos de empréstimos relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos no valor total de R\$ 3,5 milhões, calculados utilizando como taxa de capitalização a taxa de juros dos empréstimos e financiamentos.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

<i>Em Reais</i>	2018	2017
Aquisição de máquinas e equipamentos	2.223.878	15.295.952
Contratação de serviços	2.702.462	2.049.981
Seguros e outras despesas	261.563	102.902
Total de fornecedores	5.187.903	17.448.835
Ressarcimento a clientes – contrato primeiro ano (a)	2.810.989	-
Ressarcimento a clientes – contrato segundo ano (b)	1.506.473	-
Outras provisões com serviços	410.707	-
Total de outras contas a pagar	4.728.169	-
	9.916.072	17.448.835

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 23.

a. Ressarcimento a clientes – contrato primeiro ano

Durante o primeiro ano de contrato com a CCEE não houve geração de energia nas empresas Central Fotovoltaica São Pedro II e Central Fotovoltaica São Pedro IV. Conforme contrato com a CCEE, a não entrega da energia contratada gera multa mensal até o início da operação. No fechamento do primeiro ano de contrato (agosto2017 a julho2018) o valor acumulado da multa

de cada empresa foi de R\$ 3,7 milhões. O valor foi registrado no passivo e está sendo realizado em 12 meses.

b. Ressarcimento a clientes – contrato segundo ano

Conforme os contratos de fornecimento de energia assinados com a CCEE, a geração abaixo ou acima do contratado gera mensalmente provisões de custos ou receitas. Ao final de cada ano do contrato (12 meses) é realizado a apuração das provisões, resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar.

Em 31.12.2018 o saldo acumulado da provisão de R\$ 1.506.473 esta registrado no passivo. Os valores serão atualizados mensalmente e ao final de 12 meses serão apurados.

14 Obrigações fiscais

	2018	2017
IRPJ e CSLL trimestral	121.958	4.552
IRRF sobre serviços de terceiros	5.173	26.168
ICMS a recolher	10.257	-
P.C.C sobre serviços de terceiros	10.120	71.115
ISS sobre serviços de terceiros	56.440	40.424
INSS sobre serviços de terceiros	31.969	55.678
Pis e Cofins a recolher	191.153	-
	427.070	197.937

15 Empréstimos e financiamentos

	2018	2017
Financiamentos bancários com garantia		
Saldo em 1º de janeiro de	-	-
Financiamentos tomados (principal)	57.937.299	-
Juros incorridos no período	3.581.056	-
Juros pagos	(2.996.907)	-
Bônus de adimplência	(120.380)	-
Saldo em 31 de dezembro de	58.401.068	-
Curto prazo	463.769	
Longo prazo	57.937.299	

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

Os financiamentos celebrados em 2018 com o banco BNB são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal e pagamento trimestral de juros. A empresa possui um bonus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os empréstimos bancários da Empresa estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

A Administração da Empresa mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas no contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2018, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

b. Garantias prestadas

A Empresa celebrou em 2018 contratos de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tendo como fiadores o Banco BTG Pactual e o Banco ABC Brasil. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

A título de contra garantia em favor dos Fiadores, as obrigações foram garantidas com os seguintes itens: (i) garantia fidejussória prestada pela Empresa; (ii) alienação fiduciária de quotas da Empresa das acionistas Atlas Energia Renovável do Brasil e Atlas Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda; (iii) alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Empresa; (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos projetos de titularidade da empresa e das contas relacionadas ao projeto; e (v) compromisso de aporte de capital na empresa, pela Controladora na Companhia.

16 Patrimônio Líquido

16.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Empresa é de R\$ 85.000.000 (R\$ 85.000.000 em 2017), representado por 85.000 quotas (85.000 em 2017), nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas pelos sócios Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., detentora de 99% das quotas e Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos Ltda., detentora de 1% das quotas. O valor a ser integralizado em 31 de Dezembro de 2018 é de R\$ 19.728.408 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 55.990.002).

16.2 Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ (1.320.915) (R\$ (491.776) em 2017) e por isso não houve constituição de reservas e distribuição de dividendos.

17 Receita operacional

A Empresa gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício que é condizente com as receitas bruta para fins fiscais:

	2018	2017
Receita contrato de energia de reserva (CER)	3.442.187	-
Receita no mercado de curto prazo (MCP)	3.518.958	-
	6.961.145	-
Menos:		
Multa contratual referente geração energia 1º ano	(3.747.986)	-
Multa contratual referente geração energia 2º ano	(1.506.473)	-
Impostos sobre venda	(254.082)	-
Total da receita operacional líquida	1.452.604	-

18 Custo dos serviços de energia elétrica e despesas gerais e administrativas

a. Custos e despesas por natureza

	2018	2017
--	------	------

Custo do serviço de energia elétrica

Depreciação e amortização	1.176.199	-
Total	1.176.199	-

Despesas gerais e administrativas

Contabilidade e auditoria	572.064	127.244
Assessoria e advogados	197.126	131.666
Despesas e provisões diversas	789.494	218.228
Total	1.558.684	477.138

19 Receitas e despesas financeiras

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	153.851	180.502
Outras receitas	2.462	18.891
	156.313	199.393
Despesas financeiras		
Despesa de juros	(848.275)	(130.953)
Despesas bancárias	(35.520)	(1.325)
Outras despesas	(136)	-
	(883.931)	(132.278)
Variação cambial, líquida	102.993	(98.275)
	(624.625)	(31.160)

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo Lucro Presumido	2018	2017
Receitas bruta	3.219.352	-
Presunção do imposto de renda - 8% (a)	257.548	-
Presunção da contribuição social - 12% (b)	386.322	-
Demais receitas	164.265	199.392
	421.813	199.392
Base de cálculo do IRPJ - (a) + (c)	421.813	199.392
Imposto de renda a alíquota de 15%	(63.272)	(29.909)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(29.528)	(6.042)
Total IRPJ	(92.800)	(35.951)
Base de cálculo da CSLL - (b) + (c)	550.587	199.392
Contribuição social a alíquota de 9%	(49.552)	(17.945)
	142.352	(53.896)

21 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora é a Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. e o controlador final é a sociedade Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b. Operações com partes relacionadas

	2018	2017
Central Fotovoltaica São Pedro IV Ltda	3.885.161	-
	3.885.161	-

A Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda. é a empresa líder do Consórcio São Pedro HV, consórcio constituído em 29 de dezembro de 2017, o qual tem como objeto a criação de uma entidade para reunir os ativos, recursos técnicos e financeiros das partes com o desígnio de implementar as instalações de transmissão das usinas solares fotovoltaicas e a posterior operação dessas instalações durante o período operacional das usinas solares fotovoltaicas. A Empresa tem participação de 50% do consórcio. Os valores a receber com partes relacionadas referem-se aos pagamentos efetuados pela líder através do consórcio, que serão ressarcidas pelas demais empresas integrante do consórcio.

22 Arrendamentos mercantis operacionais

A Empresa arrenda uma série de terrenos, sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram trinta e cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, baseados em alterações do índice geral de preços. A Empresa não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. O valor reconhecido no resultado em 2018 é de R\$ 29.785.

São esperados os seguintes pagamentos (em milhares de reais):

2019	R\$ 234
2020	R\$ 243
2021	R\$ 254

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Empresa está descrito na Nota explicativa 5. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram rerepresentadas para refletir os novos requerimentos.

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/2018 - Valor contábil			31/12/2017 - Valor contábil		
	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Passivo pelo custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Passivo pelo custo amortizado
Ativos						

Central Fotovoltaica São Pedro II Ltda.
Demonstrações Financeiras em
31 dezembro de 2018 e 2017

Caixa e equivalentes de caixa	-	6.800.504	-	-	2.958.967	-
Depósito caução	-	1.463.549	-	-	300.346	-
Contas a receber de clientes	-	5.337.032	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	3.885.161	-	-	-	-
Total	-	17.486.246	-	-	3.259.313	-
Passivos						
Fornecedores	-	-	5.187.903	-	-	17.448.835
Empréstimos e financiamentos	-	-	58.401.068	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	104.054
Contas a pagar	-	-	4.728.169	-	-	-
Total	-	-	68.317.140	-	-	17.552.889

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

A Empresa estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa avaliou que não foi necessário o reconhecimento de uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Empresa não exige garantias com relação a contas a receber de clientes. A Empresa não tem contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Garantias

A política da Empresa é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a suas controladas.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

31 de dezembro de 2018

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	2 anos ou menos	3 - 5 anos	5 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Financiamentos bancários com garantia	58.401	130.592	8.796	32.685	37.454	51.657
Fornecedores e outras contas a pagar	9.916	9.916	9.916	-	-	-
	68.317	140.508	18.712	32.685	37.454	51.657

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Empresa realizou importação de ativo imobilizado para a construção das usinas fotovoltaicas, porém em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

24 Compromissos

A Empresa celebrou contratos para a operação e manutenção das usinas fotovoltaicas. Esses contratos darão origem a despesas anuais de R\$ 739 para os próximos cinco anos.

25 Eventos subsequentes

Liberação de desembolso de empréstimos BNB

Financiamento BNB

Em 2018 foi celebrado contratos de abertura de crédito junto ao Banco BNB exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. Em 15 de março de 2019 foi liberada pelo BNB o desembolso no valor de R\$ 6.796.070.

* * *